



Demonstrações Financeiras 2020

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento da Região das Flores, das Águas
e dos Ventos SP - Sicredi Força dos Ventos SP**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**





EY
Building a better
working world

Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar - Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre - RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região das Flores, das Águas e dos Ventos SP - Sicredi Força dos Ventos SP
Jaguariúna / SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região das Flores, das Águas e dos Ventos SP - Sicredi Força dos Ventos SP ("Cooperativa") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região das Flores, das Águas e dos Ventos SP - Sicredi Força dos Ventos SP em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



EY

Building a better
working world

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Building a better
working world

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 22 de março de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6


Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cooperativa Sicredi Força dos Ventos SP, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A cooperativa no decorrer do exercício social de 2020 atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua, além de diversas ações sociais. Podemos destacar os seguintes negócios sociais: Incentivo ao esporte com patrocínios para equipes do futebol amador da região. Realização do primeiro Mulherar, um programa de Formação de lideranças femininas realizado via central com associadas e integrantes do Comitê Mulher Força dos Ventos, que buscou e incentivou ainda mais a participação feminina na cooperativa e principalmente na comunidade. Também realizamos o programa SEMEAR, que além de realizar a organização do Quadro Social da Cooperativa, durante 4 meses, estimulou, incentivou e provocou a participação de colaboradores e associados no desenvolvimento de projetos que beneficiam a cooperativa e principalmente a comunidade em que estão inseridos. Durante o ano todo, buscamos levar conhecimento e educação financeira para adultos, crianças e adolescentes por meio de palestras em escolas e empresas da nossa região, atingindo perfis variados de público, idade e classe social. Nas épocas mais especiais para as crianças, cooperamos para levar mais alegria e felicidade por meio da arrecadação e doação de brinquedos para entidades assistenciais no dia das crianças, e também no engajamento de colaboradores e associados, qual adotaram cartinhas com pedidos de presentes de natal, e promoveram a alegria do natal para diversas famílias por meio da doação dos brinquedos.

Durante este período podemos destacar os seguintes fatos administrativos: Repaginção da Agência Veiling. Nossa segunda agência, passou por uma reforma completa em sua estrutura e principalmente no padrão visual Sicredi. Próximos ao meio do ano, atingimos uma marca recorde em investimentos Sicredinvest e também uma marca récorde em crédito comercial liberado pela Força dos Ventos. Números que elevam nosso patamar e objetivos para os próximos anos. De agosto a dezembro, foram batidos recordes em antecipação de recebíveis, mês a mês, onde dezembro representou um crescimento de 71% em relação aos melhores números conquistados em anos anteriores. Na área de consórcios seguimos superando desafios, apresentando crescimento de 61% em relação a 2019. Em nosso quadro de colaboradores realizamos movimentações, promoções e reconhecimento dos profissionais que se destacaram e mostraram empenho e profissionalismo. Investimos também em treinamentos e campanhas de premiação e metas para estimular ainda mais o desempenho das áreas comerciais. Realizamos ajustes e mudanças buscando a melhoria continua na cooperativa, ganhando agilidade e eficiência nos processos administrativos.

Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano seguimos enfrentando a pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. O Sicredi esteve junto à população, prestando o atendimento necessário aos associados, colaboradores e às comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e mantivemos viva a nossa missão: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios. Em um ano marcado pelo distanciamento humano, nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo) viabilizaram muitas de nossas demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

Por meio de movimentos como Gente que Coopera Cuida e Eu Cooperó com a Economia Local cuidamos das pessoas; tivemos o bem-estar de colaboradores e associados como foco e reafirmamos a força do cooperativismo como motor capaz de contribuir com a continuidade da atividade econômica no país.

A cooperativa atuou fortemente neste momento de crise para que as demandas dos associados fossem sempre atendidas. Dentre as ações de enfrentamento à pandemia, destacamos a criação do Crédito Coopera com uma taxa criada especialmente para que pudéssemos apoiar os associados durante o período de pandemia, principalmente os inseridos no setor de flores e plantas, enormemente impactado durante o período. Também realizamos a Ação Flor Solidária, onde levamos uma flor como forma de abraço para profissionais de diversos setores que trabalhavam na linha de frente mesmo não estando ligados à área da saúde. Um gesto de carinho que proporcionou impacto positivo de apoio e emocional aos que foram surpreendidos com a ação. Com nossos colaboradores, nos mantivemos sempre ativos e presentes, mesmo distantes por meio de frequentes cafés e reuniões virtuais, incentivando, apoiando e nos mostrando juntos e próximos de todos. Visando proteger nossos associados do contágio, passamos a atender nossos associados pelo WhatsApp Enterprise. Uma tecnologia que além de proporcionar agilidade no atendimento, também permitia que o associado pudesse resolver os assuntos antes tratados na agência, no conforto e segurança da sua casa.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região das Flores, das Águas e dos Ventos SP - Sicredi Força dos Ventos SP
CNPJ/MF nº 57.647.653/0001-84

ATIVO		31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		214.036	145.363	PASSIVO		196.625	129.883
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	1.850	2.003	DEPÓSITOS	(Nota 12)	172.293	110.696
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		207.016	138.963	Depósitos à vista		39.399	29.006
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 05)	1.832	878	Depósitos interfinanceiros		1.760	1.712
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	687	-	Depósitos a prazo		131.134	79.978
Centralização financeira	(Nota 04)	117.506	76.534	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		13.192	9.969
Relações interfinanceiras ativas		100	103	Relações interfinanceiras	(Nota 13)	8.220	5.570
Operações de crédito	(Nota 07)	79.290	54.584	Obrigações por repasses	(Nota 14)	587	-
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	7.601	6.864	Outros passivos financeiros	(Nota 15)	4.385	4.399
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(3.047)	(3.963)	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 16)	369	330
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	599	648	OUTROS PASSIVOS	(Nota 17)	10.771	8.888
INVESTIMENTOS	(Nota 10)	2.991	2.991	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 18)	17.411	15.480
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 11)	3.811	3.859	CAPITAL SOCIAL		8.507	7.047
INTANGÍVEL	(Nota 11)	816	862	RESERVAS DE SÓBRAS		8.676	8.181
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		228	252
TOTAL DO ATIVO		214.036	145.363	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		214.036	145.363

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região das Flores, das Águas e dos Ventos SP - Sicredi Força dos Ventos SP
CNPJ/MF nº 57.647.653/0001-84

Descrição das contas	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	6.471	14.042	16.568
Operações de crédito	(Nota 07)	6.460	14.018
Resultado títulos e valores mobiliários		11	24
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(1.899)	(5.031)	(6.466)
Operações de captação no mercado	(1.261)	(2.915)	(4.100)
Operações de empréstimos e repasses	(234)	(444)	(444)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(Nota 07)	(404)	(1.672)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	4.572	9.011	10.102
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(4.000)	(7.904)	(8.492)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	2.772	5.183	4.479
Rendas de tarifas bancárias	1.154	2.238	2.128
Dispêndios e despesas de pessoal	(Nota 22)	(4.451)	(8.543)
Outros dispêndios e despesas administrativas	(Nota 23)	(3.199)	(6.330)
Dispêndios e despesas tributárias	(68)	(152)	(218)
Outros ingressos e receitas operacionais	(Nota 24)	1.896	3.771
Outros dispêndios e despesas operacionais	(Nota 25)	(2.104)	(4.071)
RESULTADO OPERACIONAL	572	1.107	1.610
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	145	135	(4)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	717	1.242	1.606
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	60	-	(28)
Provisão para Imposto de Renda	33	-	(15)
Provisão para Contribuição Social	27	-	(13)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(66)	(278)	(416)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	711	964	1.162

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região das Flores, das Águas e dos Ventos SP - Sicredi Força dos Ventos SP

CNPJ/MF nº 57.647.653/0001-84

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019	5.780	7.635	267	13.682
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	265	-	(264)	1
Outras destinações	-	-	(3)	(3)
Capital de associados				
Aumento de capital	955	-	-	955
Baixas de capital	(270)	-	-	(270)
Resultado do período	-	-	1.162	1.162
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(42)	(42)
Juros sobre o capital próprio	317	-	(322)	(5)
Reserva legal - Estatutária	-	546	(546)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	7.047	8.181	252	15.480
Mutações do Período	1.267	546	(15)	1.798
Saldos no início do período em 01/01/2020	7.047	8.181	252	15.480
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	250	-	(250)	-
Outras destinações	-	-	(2)	(2)
Capital de associados				
Aumento de capital	1.874	-	-	1.874
Baixas de capital	(862)	-	-	(862)
Resultado do período	-	-	964	964
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(39)	(39)
Juros sobre o capital próprio	198	-	(202)	(4)
Reserva legal - Estatutária	-	495	(495)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	8.507	8.676	228	17.411
Mutações do Período	1.460	495	(24)	1.931
Saldos no início do período em 01/07/2020 (Não auditado)	7.619	8.181	253	16.053
Capital de associados				
Aumento de capital	1.062	-	-	1.062
Baixas de capital	(372)	-	-	(372)
Resultado do período	-	-	711	711
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(39)	(39)
Juros sobre o capital próprio	198	-	(202)	(4)
Reserva legal - Estatutária	-	495	(495)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	8.507	8.676	228	17.411
Mutações do Período	888	495	(25)	1.358

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região das Flores, das Águas e dos Ventos SP - Sicredi Força dos Ventos SP
CNPJ/MF nº 57.647.653/0001-84

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	453	966	2.168
Resultado do semestre/exercício	711	964	1.162
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(258)	2	1.006
(Reversão) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(690)	(916)	370
Provisão para desvalorização de outros ativos	-	-	9
Depreciação e amortização	427	851	649
Baixas do ativo permanente	58	67	-
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(14)	39	20
Destinações ao FATES	(39)	(39)	(42)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	14.106	39.671	14.301
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.247)	(954)	1.928
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(687)	(687)	-
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	2.135	3	(76)
(Aumento) em operações de crédito	(16.872)	(24.706)	(6.913)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(1.054)	2.650	(542)
(Aumento) em outros ativos financeiros	(1.881)	(737)	(1.394)
Redução em outros ativos	179	49	19
Aumento em depósitos	30.743	61.597	21.091
Aumento (Redução) em passivos financeiros	36	(14)	108
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	118	587	(964)
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(42)	(45)
Aumento em outros passivos	2.636	1.925	1.089
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	14.559	40.637	16.469
Aquisição de investimentos	-	-	(779)
Aquisição de imobilizado de uso	(272)	(601)	(526)
Aplicações no intangível	(128)	(223)	(144)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(400)	(824)	(1.449)
Integralização de capital	1.062	1.874	955
Baixa de capital	(372)	(862)	(270)
Juros ao capital próprio	(4)	(4)	(5)
Distribuição de Sobras	-	(2)	(2)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	686	1.006	678
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	14.845	40.819	15.698
Caixa e equivalente de caixa no início do período	104.511	78.537	62.839
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	119.356	119.356	78.537

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região das Flores, das Águas e dos Ventos SP - Sicredi Força dos Ventos SP
CNPJ/MF nº 57.647.653/0001-84

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	711	964	1.162
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	711	964	1.162

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região das Flores, das Águas e dos Ventos SP - Sicredi Força dos Ventos SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 01/12/1990 e sede situada na Avenida Lauro de Carvalho, 872, na cidade de Jaguariúna - São Paulo . A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 6 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Expositiva; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 18 de março de 2021.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídos na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos e repasses interfinanceiros

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os repasses interfinanceiros estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata dia.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

o) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada a 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 07;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação do prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 16;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que uma ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

r) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

s) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	1.850	2.003
Relações interfinanceiras - centralização financeira em Cooperativa Central	117.506	76.534
Total	119.356	78.537

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 97% do CDI (dezembro de 2019 - 99%).

NOTA 05 - APlicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/12/2020				Total	
	A vencer					
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total		
DI entre Banco e Cooperativa	-	215	1.617	1.832	878	
Total	-	215	1.617	1.832	878	
Total circulante			215		-	
Total não circulante				1.617	878	

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na adquirência e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Mantidos até o vencimento	31/12/2020				31/12/2019	
	A vencer					
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total		
Títulos de renda fixa - outros	-	690	-	690	-	
(-) Provisão de desvalorização	-	(3)	-	(3)	-	
Total	-	687	-	687	-	
Total circulante				687	-	

Os títulos de renda fixa - outros referem-se as cédulas do produtor rural (CPR), cujo valor de mercado é obtido a partir da curva de juros baseada nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3 e nos spreads de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação. As operações de CPRs são realizadas com os associados desde que garantidas pela cooperativa via instrumento de carta fiança, considera-se a garantia solidária e a natureza do sistema cooperativo Sicredi para definir um único spread para todas as contrapartes.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2020			31/12/2019	
		A vencer			Total da carteira	Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	808	10.086	13.975	36.683	61.552	42.200
Financiamentos	8	1.059	2.880	6.705	10.652	6.805
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	1.031	4.916	1.139	7.086	5.579
Total das operações de crédito	816	12.176	21.771	44.527	79.290	54.584
Avalis e fianças honrados	-	-	-	-	-	1
Títulos e créditos a receber	-	5.344	1.704	2	7.050	6.276
Total de outros créditos	-	5.344	1.704	2	7.050	6.277
Carteira total	816	17.520	23.475	44.529	86.340	60.861
Total circulante				41.811		40.722
Total não circulante				44.529		20.139

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
AA	-	5.860	-	-	-
A	0,50	42.438	31.059	211	155
B	1,00	24.250	14.897	239	148
C	3,00	8.379	7.166	251	215
D	10,00	2.899	3.755	290	376
E	30,00	468	704	141	211
F	50,00	92	434	46	217
G	70,00	283	685	198	480
H	100,00	1.671	2.161	1.671	2.161
Total		86.340	60.861	3.047	3.963

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução 4800/20 a provisão face à perda para as operações enquadrados no Programa Emergencial de Suporte à Empregos deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 2.145 (dezembro de 2019 - R\$ 1.774) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 27). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 – Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outros Fianças Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 7 (dezembro de 2019 - R\$ 18) conforme Nota 15.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	31/12/2020				31/12/2019	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	480	8.438	8.737	20.452	38.107	25.198
Rural	-	1.031	4.916	1.139	7.086	5.579
Industrial	-	588	445	818	1.851	1.286
Comércio	244	3.237	4.487	10.808	18.776	13.648
Outros serviços	92	4.226	4.890	11.312	20.520	15.150
Total	816	17.520	23.475	44.529	86.340	60.861
Total circulante				41.811		40.722
Total não circulante				44.529		20.139

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	10.655	12,34	8.281	13,61
50 devedores seguintes	28.985	33,57	17.448	28,66
100 devedores seguintes	18.850	21,83	12.609	20,72
Demais	27.850	32,26	22.523	37,01
Total	86.340	100,00	60.861	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	3.963	3.593
Constituição de provisão	3.854	4.315
Reversão de provisão	(2.182)	(2.393)
Movimentação de baixados para prejuízo	(2.588)	(1.552)
Saldo final	3.047	3.963

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	5.288	11.526	14.201
Financiamentos	593	1.145	957
Financiamentos rurais e agroindustriais	234	440	382
Outros	-	1	1
Subtotal	6.115	13.112	15.541
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	345	906	908
Total	6.460	14.018	16.449

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 4.370 (2019 - R\$ 2.597).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e créditos a receber (Nota 07)	7.050	6.276
Rendas a receber	227	160
Avais e fianças honrados (Nota 07)	-	1
Operações com cartões	151	104
Devedores por depósitos em garantia	173	323
Total	7.601	6.864
Total circulante	7.426	6.540
Total não circulante	175	324

Os títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	182	182
Adiantamentos e antecipações salariais	54	133
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	19	4
Adiantamentos para Confederação Sicredi	154	164
Impostos e contribuições a compensar	74	82
Pendências a regularizar	15	6
Valores a receber - Central Sicredi PR/SP/RJ	91	44
Outros	10	33
Total circulante	599	648

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	178	178
Imóveis	178	178
Despesas antecipadas	13	13
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(9)	(9)
Total circulante	182	182

b) Movimentação da provisão para desvalorização de bens não de uso:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(9)	-
Constituição de provisão	-	(9)
Reversão de provisão	-	-
Saldo final	(9)	(9)

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	2.112	2.112
Sicredi Participações S.A.	878	878
Outras participações e investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	2.991	2.991

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Número de ações/quotas possuídas	284.528 ON	284.528 ON	1	1	2.111.796	2.111.796
Percentual de participação	0,07%	0,08%	0,62%	0,62%	0,66%	0,67%
Capital social	1.178.211	969.491	161	164	318.901	317.064
Patrimônio líquido	1.222.087	989.638	334.310	312.950	320.371	318.570
Resultado líquido do exercício	38.149	6.514	21.363	60.259	-	-
Valor do investimento	878	878	1	1	2.112	2.112

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020			31/12/2019	
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	6.710	(2.899)	3.811	3.859	
Imobilizações em curso	-	570	-	570	465	
Instalações	10%	515	(269)	246	288	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	2.639	(950)	1.689	1.859	
Móveis e equipamentos	10%	1.333	(747)	586	606	
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	203	(83)	120	98	
Equipamentos de processamento de dados	20%	1.351	(791)	560	484	
Veículos	20%	99	(59)	40	59	
 Intangível		 2.033	 (1.217)	 816	 862	
Investimentos Confederação		2.021	(1.213)	808	851	
Outros ativos intangíveis		12	(4)	8	11	

Os investimentos Confederação são valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para o intangível e referem-se aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2020				31/12/2019	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total	Total
Depósitos à vista	39.399	-	-	39.399	29.006	
Depósitos interfinanceiros	1.760	-	-	1.760	1.712	
Depósitos a prazo	753	3.872	126.509	131.134	79.978	
Total	41.912	3.872	126.509	172.293	110.696	
 Total circulante				 45.784	 36.084	
Total não circulante				126.509	74.612	

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Repasses interfinanceiros	8.220	5.570
Total	8.220	5.570

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.015	4.908	1.128	7.051	5.570
Total - Recursos do Crédito Rural	1.015	4.908	1.128	7.051	5.570
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	1.169	1.169	-
Total - Outros Recursos	-	-	1.169	1.169	-
Total	1.015	4.908	2.297	8.220	5.570
Total circulante				5.923	5.383
Total não circulante				2.297	187

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 13/11/2025, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

As obrigações por repasses interfinanceiros são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A. Sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	47	177	363	587	-
Total	47	177	363	587	-
Total circulante				224	-
Total não circulante				363	-

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 01/11/2023.

NOTA 15 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para garantias financeiras prestadas	7	18
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	653	26
Juros instrumentos de dívida elegíveis a capital - SFG	6	13
Recursos em trânsito de terceiros	219	198
Total circulante	885	255
 Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	 -	 644
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - SFG	3.500	3.500
Total não circulante	3.500	4.144
 Total	 4.385	 4.399

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

Os instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco referem-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente.

Os instrumentos de dívida elegíveis a capital referem-se a contratos de letra financeira emitidas com cláusula de subordinação firmados em novembro de 2018 com vencimento em novembro de 2028 entre a Cooperativa e a SFG com o objetivo de ampliar o patrimônio de referência da cooperativa.

NOTA 16 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhista	Provável	369	330
Total não circulante		369	330

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2020
Trabalhista	330	451	(412)	369
Total não circulante	330	451	(412)	369

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 1.635 e R\$ 35 (dezembro de 2019 - R\$ 1.428 e R\$ 16), respectivamente.

NOTA 17 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões	7.142	6.169
Provisão para pagamentos a efetuar	720	637
Cotas de capital a pagar	432	268
Provisão para participações nos lucros	475	397
Fundo de assistência técnica, educacional e social	38	42
Impostos e contribuições a recolher	326	226
Credores diversos	1.210	1.130
Cheques administrativos	418	-
Cobrança e arrecadação de tributos	-	19
Pendências a regularizar	10	-
Total Circulante	10.771	8.888

As operações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojista.

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	8.507	7.047
Total de associados	9.699	9.322

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 1.460 (2019 – R\$ 1.267), sendo R\$ 448 (2019 – R\$ 582) via integralização de resultados e R\$ 1.874 (2019 – R\$ 955), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 862 (2019 – R\$ 270).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 2,71% em Conta Capital, no montante de R\$ 202, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 70% para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;

NOTA 19 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2020 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 147 (R\$ 0 em dezembro de 2019), registrada no grupo de "Outras Receitas Não Operacionais".

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favoráveis, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 20 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	1.242	1.606
Participação nas sobras	(278)	(416)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	964	1.190
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(386)	(476)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	312	304
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	81	129
Demais adições e exclusões previstas na legislação	(4)	15
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	(28)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	1.832	878
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	687	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	117.506	76.534
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	178	117
Outros ativos (Nota 09)	154	207
Investimentos (Nota 10)	2.991	2.991
Intangível (Nota 11)	808	851
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	1.760	1.712
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	8.220	5.570
Outros passivos (Nota 17)	6.817	6.126
Principal e juros dívida subordinada (Nota 15)	3.506	4.157
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	24	119
Ingressos e receitas de prestação de serviços	685	689
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	2.574	3.700
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 19)	147	-
Despesas		
Operações de captação no mercado	47	44
Operações de empréstimos e repasses	444	444
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)	355	555
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	2.518	2.774

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2020	% em relação ao total	31/12/2019
Depósitos à vista	73	0,19%	52
Depósitos a prazo	1.082	0,83%	576
Operações de crédito	437	0,55%	753

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas chave da administração	1.102	1.088

NOTA 22 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	2.578	5.019	4.917
Benefícios	914	1.688	1.457
Encargos sociais	940	1.710	1.835
Treinamentos	19	126	241
Total	4.451	8.543	8.450

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Água, energia e gás	81	170	208
Aluguéis	659	1.288	1.182
Comunicação	173	315	311
Manutenção e conservação	217	416	367
Material de expediente	31	78	87
Processamento dados	129	250	221
Promoções, relações públicas, propaganda e publicidade	259	569	696
Serviços do sistema financeiro	257	543	732
Serviços de técnicos especializados e de terceiros	383	637	585
Serviços de vigilância e segurança	236	468	397
Serviços de transportes	99	195	283
Depreciação	272	583	437
Amortização (Rateio Confederação)	155	267	211
Amortização outros ativos intangíveis	-	1	1
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	10	64	159
Emolumentos e taxas diversas	48	83	114
Outras despesas administrativas	190	403	759
Total	3.199	6.330	6.750

NOTA 24 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de dispêndios - FATES	-	42	45
Recuperação de encargos e despesas	40	140	107
Ingressos depósitos intercooperativos	1.160	2.504	3.637
Reversão de provisões operacionais	286	429	443
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	10	20	7
Reversão de provisões para passivos contingentes	209	412	156
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	100	100	-
Outras rendas operacionais	91	124	53
Total	1.896	3.771	4.448

Os ingressos depósitos intercooperativos refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 25 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	199	383	681
Contribuições Cooperativistas	13	27	24
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	12	95	219
Contribuição Confederação Sicredi	923	1.778	1.823
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	158	318	360
Encargos da administração financeira	-	1	19
Repasse Administradora de Cartões	-	26	75
Provisões para garantias financeiras prestadas	3	10	15
Provisões para passivos contingentes	195	451	176
Outras provisões operacionais	143	269	271
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	302	452	336
Risco operacional	126	207	74
Juros e comissões	3	9	3
Outras despesas operacionais	27	45	53
Total	2.104	4.071	4.129

NOTA 26 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes das destinações	711	964	1.162
Eventos não recorrentes	147	147	-
Resultado recorrente	564	817	1.162

NOTA 27 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiários de garantias prestadas	2.145	1.774
Total	2.145	1.774

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 28 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades têm como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 29 – ÍNDICES DE BASILEIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	20.101	18.399
Nível I (NI)	16.595	14.618
Capital principal - CP	16.595	14.618
Capital social	8.507	7.047
Reservas de capital	8.676	8.181
Lucros acumulados	228	252
Ajustes Prudenciais	(816)	(862)
Nível II (NII)	3.506	3.781
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	3.506	3.781
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	115.945	88.199
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	376	246
Margem de Capital	9.000	8.892
Índice de Basileia (PR / RWA)	17,34%	20,86%
Situação de Imobilização (Imob)	3.812	3.860
Índice de Imobilização (Imob / PR)	18,96%	20,98%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 30 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Zilda Aparecida Soares De Araujo
Diretora Executiva
CPF: 777.488.838-15

Fernando Follman Pasquim
Diretor de Operações
CPF: 052.598.459-35

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20